

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM

SPDM - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo

CNPJ nº 61.699.567/0008-69



Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo.** A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primária de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da

associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na

área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

Comparativo das Demonstrações dos Resultados

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais		
	2016	2015
ATIVO		
Ativo Circulante	136.883.193,21	197.970.305,61
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	11.372.740,27	844.753,81
Bancos Conta Movimento	8.539,75	16.211,62
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	11.364.200,52	828.542,19
Contas a receber (nota 3.3)	121.914.335,76	194.432.434,30
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - HCLPM - Mogi (nota 3.3.1)	84.530.740,00	158.622.355,50
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.2)	15.705.168,93	15.705.168,93
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.3)	21.678.426,83	20.104.909,87
Outros Crédito (3.4)	896.699,57	791.633,42
Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)	112.526,22	94.426,55
Antecipações Salariais	13.317,33	16.035,81
Antecipação de Férias (nota 3.4.2)	452.902,49	494.326,98
Outros Créditos e Adiantamentos (nota 3.4.3)	11.349,92	38.395,92
Depósito Judicial (nota 3.4.4)	306.603,61	148.448,16
Despesas Pagas Antecipadamente	8.482,84	8.816,07
Prêmios de Seguros e Outros a Vencer (nota 3.5)	8.482,84	8.816,07
Estoques	2.690.934,77	1.892.668,01
Estoque Materiais e Medicamentos (notas 3.6 e 3.24)	2.690.934,77	1.892.668,01
Ativo não Circulante	5.162.396,35	62.638.554,46
Ativo Realizável a Longo Prazo (nota 3.7)	57.268.250,64	57.268.250,64
Valores a Receber	-	57.268.250,64
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.8)	5.162.396,35	5.370.303,82
- Bens Móveis	16.780.214,09	15.490.980,20
Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (nota 3.8)	16.780.214,09	15.490.980,20
Ajuste Vida Útil - Bens Terceiros (nota 3.8.1)	(11.617.817,74)	(10.120.676,38)
Total do Ativo	142.045.589,56	260.608.860,07
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		
Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado		
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
Descrição	173.847.272,26	158.231.037,02
1 - Receitas	173.847.272,26	158.231.037,02
1.1) Prestação de Serviços	149.625.802,21	134.081.695,71
1.2) Subvenções e Outras Receitas Operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	415.980,67	772.122,58
1.4) Isenção Usufruída sobre Contribuições	23.776.715,32	23.364.585,92
1.5) Isenção Usufruída sobre Trabalho Voluntário	28.774,06	12.632,81
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	74.348.822,32	57.196.721,18
2.1) Matérias-primas Consumidas	-	-
2.2) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações de	26.651.964,87	20.142.009,59
2.3) Serviço de Terceiros e Outros	47.696.857,45	37.054.711,59
2.4) Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	99.498.449,94	101.034.315,84
4 - Retenções		
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	99.498.449,94	101.034.315,84
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.422.528,04	545.481,77
6.1) Receitas Financeiras	1.422.528,04	545.481,77
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	100.920.977,98	101.579.797,61
8 - Distribuição do Valor Adicionado	100.920.977,98	101.579.797,61
8.1) Pessoal e Encargos	75.029.976,60	75.984.809,09
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	60.670,26	45.941,42
8.3) Juros	36.693,22	238.625,38
8.4) Aluguéis	1.988.148,52	1.933.202,99
8.5) Isenção Usufruída sobre Contribuições	23.776.715,32	23.364.585,92
8.6) Isenção Usufruída sobre Trabalho Voluntário	28.774,06	12.632,81
8.7) Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	-	-
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultados do Exercício/Período	-	-
Ajuste nas Contas Patrimoniais	-	-
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento) Redução em Contas a Receber	129.681.616,26	68.804.245,05
(Aumento) Redução em Estoques (930.084,55)	433.677,68	433.677,68
Aumento (Redução) em Fornecedores	3.366.723,42	(3.123.021,52)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões	(121.590.268,67)	(65.891.971,29)
Aumento (Redução) no Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(207.907,47)	(169.288,62)
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais	10.320.078,99	53.641,30
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
(-) Compras de Imobilizado	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	207.907,47	169.288,62
(-) Adição de Bens Intangíveis	-	-
Aquisição de Ações/Cotas	-	-
Recebimento por Vendas de Ativos Permanentes	-	-
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos	207.907,47	169.288,62
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital	-	-
Pagamentos de Lucros e Dividendos	-	-
Empréstimos Tomados	-	-
(-) Pagamentos de Empréstimos/Debêntures	-	-
Juros Recebidos de Empréstimos	-	-
Juros Pagos por Empréstimos	-	-
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamentos	-	-
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	10.527.986,46	222.929,92
No Início do Período	844.753,81	621.823,89
No Final do Período	11.372.740,27	844.753,81
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: Características da Unidade Gerenciada: Em 23 de fevereiro de 1991 foi criado provisoriamente no âmbito do SUS, o Ambulatório de Especialidades e Pronto Socorro de Mogi das Cruzes. Em 27 de agosto de 1991 foi alterada a denominação Ambulatório de Especialidades e Pronto Socorro para Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo. Em 2004 o Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo passa a ser gerenciada pela SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, com a missão de atender a população mais carente, exclusivamente SUS - Sistema Único de Saúde, visando não só o tratamento, mas a preocupação com a prevenção e promoção à saúde. A OSS/SPDM - Hospital das Clínicas Luzia de Pinho torna-se referência a 11 municípios do Alto Tietê, com atendimento em média e alta complexidade e Pronto Socorro de demanda espontânea. Desde o início da gestão, além da assistência à saúde com excelência buscou melhorias contínuas e desenvolvimento sistêmico dos processos de qualidade, sendo hoje certificado nível 3 da ONA - Organização Nacional de Acreditação, conferindo credibilidade tanto na qualidade da assistência à saúde quanto na gestão. Durante a evolução do hospital na região alcançamos algumas premiações concedidas pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, sendo eles: "Prêmio Ideia Saudável" - pelas ações em sustentabilidade; "Acolhimento com Classificação de Risco" - pelo trabalho e resultados obtidos no atendimento por prioridade no Pronto Socorro e o "Prêmio Amigo do Meio Ambiente" em virtude do trabalho de conscientização e prevenção do meio ambiente. No início de 2016, por necessidade regional de referência em Cardiologia e aumento significativo de doenças coronarianas, mediante diretriz da SES, iniciamos a execução de procedimentos de Marca Passo, contemplando implante de marca passo, cardio desfibrilador e ressincoordinador cardíaco, além de troca destes aparelhos. Houve ainda, em abril de 2016, firmamento de

Comparativo da Demonstração dos Resultados

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2016	2015
1 - Receitas	173.847.272,26	158.231.037,02
1.1) Prestação de Serviços	149.625.802,21	134.081.695,71
1.2) Subvenções e Outras Receitas Operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	415.980,67	772.122,58
1.4) Isenção Usufruída sobre Contribuições	23.776.715,32	23.364.585,92
1.5) Isenção Usufruída sobre Trabalho Voluntário	28.774,06	12.632,81
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	74.348.822,32	57.196.721,18
2.1) Matérias-primas Consumidas	-	-
2.2) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações de	26.651.964,87	20.142.009,59
2.3) Serviço de Terceiros e Outros	47.696.857,45	37.054.711,59
2.4) Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	99.498.449,94	101.034.315,84
4 - Retenções		
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	99.498.449,94	101.034.315,84
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.422.528,04	545.481,77
6.1) Receitas Financeiras	1.422.528,04	545.481,77
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	100.920.977,98	101.579.797,61
8 - Distribuição do Valor Adicionado	100.920.977,98	101.579.797,61
8.1) Pessoal e Encargos	75.029.976,60	75.984.809,09
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	60.670,26	45.941,42
8.3) Juros	36.693,22	238.625,38
8.4) Aluguéis	1.988.148,52	1.933.202,99
8.5) Isenção Usufruída sobre Contribuições	23.776.715,32	23.364.585,92
8.6) Isenção Usufruída sobre Trabalho Voluntário	28.774,06	12.632,81
8.7) Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

parceria entre a Secretaria de Estado da Saúde e a SEDI/FIDI, para a execução dos procedimentos em Hemodinâmica no HCLPM. Tal atividade se faz fundamental ao tratamento do Infarto Agudo do Miocárdio - IAM, prevenindo execução de procedimentos cardiológicos (angioplastia primária, de resgate e implante de STENT), além de vasculares e neurológicos. Em paralelo, devido à elevação da complexidade dos pacientes atendidos, verificou-se a necessidade de maior número de leitos em Unidade de Terapia Intensiva - UTI para atendimento da demanda regional. A partir dessa premissa, por intermédio da SES, houve construção de Unidade Intensiva Coronariana - UCI, com objetivo de oferecer ao hospital a estrutura necessária para atendimento aos pacientes com doenças coronarianas, cuja porta de entrada se dá através do Pronto Socorro, cuja inauguração se deu em julho de 2016. Por tornar-se referência no atendimento em Cardiologia, iniciou a participação em estudos multicêntricos nacionais e internacionais como: Estudo Bridge: Intervenção Brasileira para aumentar o uso de Evidências na Prática Clínica - Síndromes Coronarianas Agudas. Impact-Af: Estudo Clínico Internacional Multicêntrico Controlado Randomizado por cluster para melhorar o tratamento com anticoagulantes em pacientes com Fibrilação Atrial. Atualmente o Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo possui contrato de gestão nº 001/0500/000.041/2012, assinado em 25.06.2012 com prazo de 5 (cinco) anos com vigência de 01.07.2012 até 30.06.2017. O valor global do contrato é de R\$ 572.682.506,40 (Quinhentos e setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e seis reais e quarenta centavos). **1. Imunidade Tributária:** A SPDM - enquadrada-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a

Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1. Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo - Rua Manuel de Oliveira, s/n - Vila Mogilar - Mogi das Cruzes - SP CEP 08773-130 - CNPJ nº 61.699.567/0008-69. **3. Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escri-**

...continuação
 turação digital do governo federal. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em Caixa	-	-
Saldos em Bancos	8.539,75	16.211,62
Aplicações Financeiras	11.364.200,52	828.542,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.372.740,27	844.753,81

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 11.372.740,27 (Onze milhões, trezentos e setenta e dois mil, setecentos e quarenta reais e sete centavos), conforme demonstrado no quadro acima. **3.2. Aplicações Financeiras (*):** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	31.12.2016	31.12.2015
Banco do Brasil S.A.	Reaplicações CDB/RDB e BB	R\$ 10.840.821,11	R\$ 566.232,82
Banco do Brasil S.A.	Poupança	R\$ 523.379,41	R\$ 262.309,37
Total Aplicação		R\$ 11.364.200,52	R\$ 828.542,19

(* As aplicações financeiras são consideradas Equivalentes de Caixa por permitirem que a qualquer momento, sem perda dos juros transcorridos, possa se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3. Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001/0500/000.041/2012, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 84.530.740,00 (Oitenta e quatro milhões, quinhentos e trinta mil e setecentos e quarenta reais). **3.3.2. Valores em Negociação:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por contanto modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Os valores registrados nesta conta em 2016 representam o montante de R\$ 15.705.168,93 (Quinze milhões, setecentos e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e três centavos). **3.3.3. Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 14 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2016

Descrição	Posição em 31.12.2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31.12.2016
Dimobilizado - Bens de Terceiros	15.490.980,20	1.294.501,20	5.267,31	16.780.214,09
Bens Móveis	15.490.980,20	1.294.501,20	5.267,31	16.780.214,09
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratórios	11.130.652,55	972.939,64	5.267,31	12.098.324,88
Equipamentos Processamento de Dados	1.247.895,61	-	-	1.324.751,11
Mobiliário em Geral	1.858.039,08	128.355,00	-	1.986.394,08
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	725.662,89	83.613,40	-	809.276,29
Veículos de Tração Mecânica	56.012,68	-	-	56.012,68
Aparelhos de Medição	27.723,17	-	-	27.723,17
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	72.619,65	5546	-	78.165,65
Aparelhos e Utensílios Domésticos	208.411,45	21.929,96	-	230.341,41
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	45.900,59	-	-	45.900,59
Máquinas e Equipamentos Energéticos	510,00	-	-	510,00
Máquinas e Equipamentos Gráficos	8.188,00	-	-	8.188,00
Equipamentos para áudio, vídeo e Foto	31.555,63	5.261,70	-	36.817,33
Máquinas e Utensílios de Escritório	13.014,41	-	-	13.014,41
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	14.194,49	-	-	14.194,49
Software	50.600,00	-	-	50.600,00
Total Imobilizado - Terceiros	15.490.980,20	1.294.501,20	5.267,31	16.780.214,09

Demonstrativo da Movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado em 2016: Segundo o inciso II do § 3º do Artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

Descrição	Posição em 31.12.2015	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31.12.2016	Taxas Anuais Médias de Ajustes %
Ajuste Vida Útil Econômica de Bens de Terceiros	(10.120.676,38)	-	(1.497.141,36)	(11.617.817,74)	
Bens Móveis	(10.120.676,38)	-	(1.497.141,36)	(11.617.817,74)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratórios	(6.641.377,28)	-	(1.157.325,73)	(7.798.703,01)	10
Equipamentos Processamento de Dados	(1.146.398,68)	-	(47.555,42)	(1.193.954,10)	20
Mobiliário em Geral	(1.687.793,56)	-	(184.743,57)	(1.872.537,13)	10
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	(288.384,69)	-	(69.195,27)	(357.579,96)	10
Veículos de Tração Mecânica	(56.012,68)	-	-	(56.012,68)	-
Aparelhos de Medição	(27.723,17)	-	-	(27.723,17)	10
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(71.613,25)	-	(294,76)	(71.908,01)	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(101.063,93)	-	(23.744,10)	(124.808,03)	10
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(42.504,83)	-	(695,40)	(43.200,23)	10
Máquinas e Equipamentos Energéticos	(510,00)	-	-	(510,00)	-
Máquinas e Equipamentos Gráficos	(8.188,00)	-	-	(8.188,00)	-
Equipamentos para áudio, vídeo e Foto	(21.268,37)	-	(3.252,86)	(24.521,23)	10
Máquinas e Utensílios de Escritório	(12.800,12)	-	(214,29)	(13.014,41)	10
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	(14.194,49)	-	-	(14.194,49)	-
Software	(843,33)	-	(10.119,96)	(10.963,29)	20
Total do Ajuste do Valor Econômico Acumulada	(10.120.676,38)	-	(1.497.141,36)	(11.617.817,74)	

3.9. Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são recontabilizadas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigilância. **3.11. Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS FGTS e PIS.

Contribuições a Recolher	Saldo em 31.12.2016
INSS	R\$ 442.546,27
FGTS	R\$ 607.225,09
Contribuições Sindical	R\$ 513,73

3.13. Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS prestados.

Impostos a Recolher	Saldo em 31.12.2016
IRRF a Recolher	R\$ 1.037.710,38

3.14. Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário): Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

	Valores em Reais 31.12.2016	31.12.2015
Provisão de Férias	6.997.755,88	6.657.673,91
Provisão de FGTS sobre Férias	559.444,50	532.613,91
Total	7.557.200,38	7.190.287,82

de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2016
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 7.075.839,11
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 14.602.587,72
Total	R\$ 21.678.426,83

3.4. Outros Créditos: Representam valores e outras contas a receber normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição.

3.4.1. Adiantamento a Fornecedores: Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente.

3.4.2 - Antecipação de Férias: A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT) em vigor. **3.4.3. Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.4. Depósito Judicial:** Representam valores depositados em juízo com o objetivo de garantir a execução do débito trabalhista para apresentação de embargos da decisão judicial, nas obrigações em pecúnia.

3.5. Despesas Pagas Antecipadamente: Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos, predial, máquinas e assinaturas de periódicos. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventos sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 2.690.934,77 (Dois milhões, seiscentos e noventa mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas (Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

Descrição	31.12.2016	31.12.2015
Materiais Utilizados no Setor de Nutrição	111.877,32	80.510,04
Materiais Utilizados no Setor de Farmácia	1.344.875,53	992.594,09
Materiais de Almoxarifado	1.234.181,92	819.563,88
Total	2.690.934,77	1.892.668,01

3.7. Valores a Receber (Ativo Não Circulante): Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001/0500/000.041/2012, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde, totalizaram R\$ 0,00 (Zero) devido ao término do contrato previsto para junho de 2017. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado de uso da SPDM - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. **3.8.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 - Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

	Posição em 31.12.2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31.12.2016
Dimobilizado - Bens de Terceiros	15.490.980,20	1.294.501,20	5.267,31	16.780.214,09
Bens Móveis	15.490.980,20	1.294.501,20	5.267,31	16.780.214,09
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratórios	11.130.652,55	972.939,64	5.267,31	12.098.324,88
Equipamentos Processamento de Dados	1.247.895,61	-	-	1.324.751,11
Mobiliário em Geral	1.858.039,08	128.355,00	-	1.986.394,08
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	725.662,89	83.613,40	-	809.276,29
Veículos de Tração Mecânica	56.012,68	-	-	56.012,68
Aparelhos de Medição	27.723,17	-	-	27.723,17
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	72.619,65	5546	-	78.165,65
Aparelhos e Utensílios Domésticos	208.411,45	21.929,96	-	230.341,41
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	45.900,59	-	-	45.900,59
Máquinas e Equipamentos Energéticos	510,00	-	-	510,00
Máquinas e Equipamentos Gráficos	8.188,00	-	-	8.188,00
Equipamentos para áudio, vídeo e Foto	31.555,63	5.261,70	-	36.817,33
Máquinas e Utensílios de Escritório	13.014,41	-	-	13.014,41
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	14.194,49	-	-	14.194,49
Software	50.600,00	-	-	50.600,00
Total Imobilizado - Terceiros	15.490.980,20	1.294.501,20	5.267,31	16.780.214,09

Demonstrativo da Movimentação dos Ajustes de Bens do Ativo Imobilizado em 2016: Segundo o inciso II do § 3º do Artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização".

Descrição	Posição em 31.12.2015	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31.12.2016	Taxas Anuais Médias de Ajustes %
Ajuste Vida Útil Econômica de Bens de Terceiros	(10.120.676,38)	-	(1.497.141,36)	(11.617.817,74)	
Bens Móveis	(10.120.676,38)	-	(1.497.141,36)	(11.617.817,74)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratórios	(6.641.377,28)	-	(1.157.325,73)	(7.798.703,01)	10
Equipamentos Processamento de Dados	(1.146.398,68)	-	(47.555,42)	(1.193.954,10)	20
Mobiliário em Geral	(1.687.793,56)	-	(184.743,57)	(1.872.537,13)	10
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	(288.384,69)	-	(69.195,27)	(357.579,96)	10
Veículos de Tração Mecânica	(56.012,68)	-	-	(56.012,68)	-
Aparelhos de Medição	(27.723,17)	-	-	(27.723,17)	10
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	(71.613,25)	-	(294,76)	(71.908,01)	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(101.063,93)	-	(23.744,10)	(124.808,03)	10
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(42.504,83)	-	(695,40)	(43.200,23)	10
Máquinas e Equipamentos Energéticos	(510,00)	-	-	(510,00)	-
Máquinas e Equipamentos Gráficos	(8.188,00)	-	-	(8.188,00)	-
Equipamentos para áudio, vídeo e Foto	(21.268,37)	-	(3.252,86)	(24.521,23)	10
Máquinas e Utensílios de Escritório	(12.800,12)	-	(214,29)	(13.014,41)	10
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	(14.194,49)	-	-	(14.194,49)	-
Software	(843,33)	-	(10.119,96)	(10.963,29)	20
Total do Ajuste do Valor Econômico Acumulada	(10.120.676,38)	-	(1.497.141,36)	(11.617.817,74)	

3.15. Obrigações Tributárias: Constituem as obrigações referentes a impostos e contribuições (IRRF, INSS, ISS, CSL/COFINS/PIS-PASEP, etc.) retidas na fonte, correspondente aos valores devidos a prestadores de serviços. **3.16. Empréstimos Funcionários:** A Lei nº 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco Financiamentos, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 28.446,49 (Vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

3.17. Acordos Trabalhistas a Pagar: Reconhecimento das obrigações decorrentes de processos trabalhistas em que a Entidade foi sentenciada ao pagamento de valores complementares a rescisão contratual, onde se entende que não cabe mais recurso judicial. **3.18. Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há

obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. **3.18.1. Contingências Ativas:** Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. A entidade não possui Contingências Ativas cuja probabilidade de ganho era tida como "provável" em 2016. **3.18.2. Contingências Passivas:** Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 4.731.215,70 (Quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e quinze reais e setenta centavos). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou R\$ 3.412.053,11 (Três milhões, quatrocentos e doze mil, cinquenta e três reais e onze centavos). Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face o caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal.

Passivo Contingências		
	Trabalhista	
Provável	Possível	Remota

...continuação

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Acumulado	
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado
Internações	12.336	13.836	12.336	15.180	24.672	29.016
Saída Hospitalar - Total	6.168	6.918	6.168	7.590	12.336	14.508
Saída Hospitalar (Exceto Clínica Cirúrgica)	3.612	4.165	3.612	4.471	7.224	8.636
Saída Hospitalar - Clínica Cirúrgica	2.556	2.753	2.556	3.119	5.112	5.872
HD/Cirurgia						
Ambulatorial - Total	1.590	1.711	1.590	1.712	3.180	3.423
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência)	67.200	67.127	67.200	68.648	134.400	135.775
Consulta de Urgência	67.200	67.127	67.200	68.648	134.400	135.775
Atendimento Ambulatorial - Total	58.350	60.348	58.350	61.310	116.700	121.658
SADT Externo - Total	8.946	9.858	8.946	8.981	17.892	18.839
Tratamento Especializado - Total	4.536	5.873	4.536	4.942	9.072	10.815
Tratamento Oncologia - Quimioterapia	4.536	5.873	4.536	4.942	9.072	10.815

9. Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei nº 12.101 de 27.11.2009 e à portaria 834/16 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000-153024/2014-03 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20 de agosto de 2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000-153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercicio de 2016 se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 23.776.715,32 (Vinte e três milhões, setecentos e setenta e seis mil, setecentos e quinze reais e trinta e dois centavos). Em 02 de setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a Folha de Pagamento de Empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei nº 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercicio de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montando em R\$ 18.079.972,16 (Dezoito milhões, setenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos). Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 18.633.757,06 (Dezoito milhões seiscentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e seis centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a Folha de Pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercicio de 2016 atingiu um montante de R\$ 559.080,98 (Quinhentos e cinquenta e nove mil, oitenta

Produção Total Referente ao Ano de 2016	SUS
Linha de Atendimento	
Internações	
Saída Hospitalar	14.508
Nº de Paciente Dia	97.980
Nº de Cirurgias	6.483
Diárias de UTI - Total	6.767
Consulta/Atendimento de Urgência (PS/PA)	135.775
Atendimento Ambulatorial - Total	121.658
Consulta Médica	106.983
Atendimento não Médico	14.675
HD/Cirurgia Ambulatorial	3.423
SADT - Total	18.839
Quimioterapia	10.815

8. Relatório de Execução do Contrato de Gestão: O Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, apresentou no ano de 2016 o seguinte Relatório de Execução:

Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM

Dr. João Luiz de Miranda Rocha - Diretor Técnico

Ana Maria Gonçalves Shimizu - Contadora - CRC-1SP 210330/O-9

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Supervizores:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercicio encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Stóropoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercicio findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercicio findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável

Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimantas Bonsucesso de Guarulhos (HMJPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odemir Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araraquá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (HospitalPedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede-Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Reconeço Helvetia (HELNETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD-Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistencial Farmacêutico CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Defi-

ciência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A./P.S. (P.A./P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Setebita (SETEBITA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

ciência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A./P.S. (P.A./P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Setebita (SETEBITA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello Contador CRC/SP 161.144/O-3 CNAI - SP - 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento Contador CRC/SP 187.003/O-0 CNAI - SP - 1620